



A nação eleita: a ideologia do messianismo americano como um sistema da cultura¹

Vanderlei Dorneles²

Escola de Comunicação e Artes – USP

Resumo: Este artigo trata da constituição da ideologia do messianismo americano, considerado como um sistema da cultura, que articula e gera uma infinidade de textos, os quais se acham entrelaçados e encadeados como elementos gerados e geradores de uma memória. O objetivo do trabalho é buscar os textos específicos da cultura que sedimentam essa memória, ver de onde são tirados e o contexto histórico em que foram produzidos. A análise está embasada nos conceitos de memória, texto e sistema da cultura, propostos pelo pensador russo Iuri Lotman, da Escola Tartu-Moscovita. A identificação das relações entre os diversos textos da cultura americana permite afirmar que a vocação messiânica se sedimenta no mito da América como nação eleita.

Palavras-chave: Messianismo; Ideologia; Estados Unidos; Texto da Cultura; Sistema Cultural

Introdução

No início da década de 1990, o governo republicano de George Bush retomou o uso da expressão “nova ordem mundial”, um estágio da política global comandada pelos americanos. Na alternância do poder na Casa Branca não houve mudança de rumo em relação a esse projeto político. Em 1993, o democrata Bill Clinton assumiu o governo da maior potência político-militar e assegurou que, embora se mudasse a administração, os interesses fundamentais da América não se alteram, e que as mudanças eram para preservar “os ideais americanos da vida, liberdade e busca da felicidade”, e ainda, que “a missão da América é de natureza eterna”³. Sob seu governo, os Estados Unidos fizeram guerra à Somália, ao Haiti, Bósnia, Iraque, Sudão e Iugoslávia. Em 1997, para justificar o lançamento de mísseis contra o Iraque, Madeleine Albright, então secretária de Estado, declarou: “Se nós temos de usar a força, é porque somos a América. Somos a nação indispensável. Nós temos estatura. Nós enxergamos mais longe em direção do futuro” (FUSER E BIANCHI, 2006, 29).

Essa noção de que os americanos são superiores, guardiões e líderes da liberdade, comissionados a policiar e transformar o mundo, manifestou-se ainda mais fortemente

¹ Trabalho apresentado no VII Encontro dos Núcleos de Pesquisa em Comunicação – NP Semiótica da Comunicação.

² Vanderlei Dorneles é professor de Comunicação Social do UNASP, Campus Engenheiro Coelho, SP; doutorando pela ECA/USP, mestre em Comunicação Social pela UMESP, e coordenador da Unaspres; vanderlei.silva@unasp.edu.br

³ “My fellow citizens, today we celebrate the mystery of American renewal”, discurso de posse do ex-presidente americano Bill Clinton, em 20 de janeiro de 1993, disponível em <http://www.let.rug.nl/~usa/P/bc42/speeches/clinton1.htm>.



nos eventos recentes da guerra americana contra o terrorismo, no pós-11 de Setembro. O presidente republicano George W. Bush, antes do ataque ao Iraque, em discurso no congresso americano, em 25 de janeiro de 2003, declarou:

A América é uma nação forte e digna no uso de sua força. Nós exercitamos o poder sem vanglória e nos sacrificamos pela liberdade de estranhos. Os americanos são um povo livre, que sabe que a liberdade é um direito de cada pessoa e o futuro de toda nação. A liberdade que temos não é um presente da América para o mundo, é um presente de Deus para a humanidade.⁴

No discurso de posse para o segundo mandato, em 20 de janeiro de 2005, Bush reiterou:

Nós proclamamos que todo homem e toda mulher nesta terra têm direitos, e dignidade, e valor incomparável, porque eles trazem a imagem do Criador do céu e da Terra. [...] Com nossos esforços, nós acendemos uma chama também, uma chama na mente dos homens. E ela aquece aqueles que sentem seu poder, queima aqueles que combatem seu progresso, e um dia esse fogo indomável da liberdade vai atingir os recantos mais obscuros do nosso mundo.⁵

As palavras de Clinton e Albright, bem como as de Bush, dão eco a valores e mitos de natureza originalmente religiosa, os quais constituem o próprio âmago da cultura americana. Evidenciam um claro messianismo, o qual os americanos se sentem chamados e legitimados a exercer em relação ao restante do mundo. Esse messianismo coloca as guerras americanas como parte de um vasto conflito entre o bem e o mal, entre liberdade e absolutismo, entre democracia e barbárie. O americano Robert Kagan, um dos ideólogos da extrema direita americana, defende que, desde os pais peregrinos, a América sempre foi um poder expansionista e que esse impulso está no DNA americano.

A ambição de desempenhar um poder grandioso no palco mundial tem raízes profundas na personalidade americana. Desde a independência, e mesmo antes, os americanos sempre tiveram a convicção de que sua nação tinha um destino grandioso, e ... os Estados Unidos já despontavam para seus líderes como um “Hércules no berço”, “embrião de um grande império” (KAGAN, 2003, 88).

Para Kagan, quando os americanos se surpreendem com as ações belicistas de seus governos, estão crendo num mito de que a América é isolacionista e pacífica. Ele declara ainda:

⁴ “President Delivers ‘State of the Union’”, discurso do presidente Americano George W. Bush, no dia 25 de janeiro de 2003, antes da invasão do Iraque, disponível em <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/01/20030125.html>.

⁵ “President Sworn-In to Second Term”, discurso de posse do segundo mandato da presidência de George W. Bush, no dia 20 de janeiro de 2005, disponível em <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2005/01/20050120-1.html>.



Com nossa forma de governo democrática, atingimos um pináculo na história da civilização. Talvez só Roma, na Antiguidade, cultivasse uma concepção semelhante de seu papel civilizador. O resultado dessa crença é o nosso impulso para transformar países que não se alinham conosco. Aqueles que nos ameaçam o fazem porque não são democráticos. A cura está na mudança de suas formas de governo. [...] O mundo precisa ser transformado para se tornar mais seguro: essa tradição de pensamento é muito forte entre nós (GRAIEB, 2006, 14).

O messianismo americano encontra eco em cerimônias públicas e discursos oficiais, especialmente em contextos de guerra. É usado para legitimar ações violentas, para motivar soldados e para lembrar o papel da América como guardião da liberdade humana. O que chamo aqui de messianismo americano parece assumir contornos de uma *ideologia*, no sentido de que cimenta o tecido social e dá sentido e coesão; de uma *identidade*, que dá um modo de ser ao americano; de uma *utopia*, que mantém um ideal e um sonho de restauração da condição humana⁶; e de um *sistema da cultura*, que articula e gera uma infinidade de textos encadeados⁷.

De onde são tirados os termos específicos que constroem o messianismo americano como um sistema da cultura? Em que contextos históricos esses valores e mitos foram propostos? Que memórias históricas são remontadas nas falas e discursos dos recentes governantes? Em que textos da cultura americana e em que momentos essa mentalidade foi gestada?

Neste artigo, as respostas para estas questões são buscadas a partir da ótica dos conceitos de memória, texto e sistema da cultura, desenvolvidos pelo pensador russo Iuri Lotman, maior representante da chamada semiótica da cultura. Inicialmente, farei uma breve revisão bibliográfica dos conceitos teóricos da escola de Lotman. A essa revisão se seguirá uma breve reconstrução da memória do messianismo americano, como uma ideologia e um sistema da cultura.

Memória, texto e sistema da cultura

Lotman propõe uma visão sistêmica da cultura, na qual os textos não são peças isoladas, mas partes de um todo. Sua escola cultural tem um conceito bastante amplo de “texto” (do latim *textu*, tecido). Literatura, peças musicais, obras de arte, produções cinematográficas, documentos e discursos históricos são considerados “textos da

⁶ Para Kagan, “os Estados Unidos, como todo bom filho do Iluminismo, ainda acreditam na possibilidade de perfeição humana, e mantém a esperança da possibilidade de perfeição do mundo” (KAGAN, 2003, 96).

⁷ Para um estudo sobre como o cinema americano reproduz os valores e ideais messiânicos americanos, ver KELLNER, 2001.

cultura”. Tudo que é *tecido*, sintetizado, produzido pela mente, codificado pelo menos duas vezes e que trata da condição humana constitui-se num texto da cultura.

O que distingue a semiótica russa é sua ênfase sobre o caráter orgânico-estrutural da cultura. Por causa da interligação entre os diversos textos, “as partes não entram no todo como detalhes mecânicos, mas como órgãos de um organismo” (LOTMAN, 1996, I:31). Os discursos dos presidentes americanos, as produções de Hollywood, as narrativas jornalísticas e a literatura americana mantêm elementos comuns porque estão interligados como partes de um sistema cultural.

A noção da cultura como um sistema facilita a compreensão dos processos culturais ao propor que os textos da cultura estão em constante interferência e entrecruzamento, de forma que textos atuais são modelizados pelos antigos. A memória é o ambiente onde os textos antigos são conservados e de onde se articula sua força modelizante. Ela tem uma natureza textual, isto é, compõe-se de textos e linguagens. Memória é um reservatório dinâmico que conserva, transmite e gera textos. Para Lotman, “a cultura é uma inteligência coletiva e uma memória coletiva” (Ibid, 157). É a acumulação de textos que constrói a memória de uma dada civilização. Os textos estão dispostos na memória sob uma hierarquia, que obedece a paradigmas definidos pela própria cultura. Este é o princípio que determina os textos a serem “lembrados” e aqueles a serem “esquecidos”. Mas, uma vez que a cultura é viva e dinâmica, nada se *esquece* para sempre e nada se *lembra* para sempre. Segundo Lotman, “cada cultura define seu paradigma do que se deve recordar (isto é, conservar) e do que se deve esquecer” (Ibid, 160).

Assim, no interior da memória, o que “esquecer” e o que “lembrar” pode ser definido em função de uma ideologia ou de um sistema dominante da sociedade. Se cada cultura define o que se deve “preservar” e “esquecer”, no nível da memória coletiva, então a “história intelectual da humanidade pode ser considerada uma luta pela memória” (MACHADO, 2003, 38). Essa luta é travada principalmente por mecanismos como igreja, estado, educação, sociedade civil e mídias, entre outros.

Os paradigmas articulados por forças dominantes da memória coletiva sedimentam sistemas da cultura, que vão gerar novos textos constantemente e que se estruturam na forma de encadeamentos textuais ou metatextos (LOTMAN, 1981, 102). São sistemas da cultura as grandes narrativas que produzem uma multiplicidade de textos e que conservam na memória seus valores mais predominantes.



No pensamento de Lotman, sistema da cultura e/ou sistema modelizante é toda linguagem ou sistema de signos capaz de modelizar textos. LOTMAN usa diversas expressões para caracterizar um sistema dessa natureza: “sistema semiótico” (1978, 82), “linguagens secundárias” como a arte e a religião (1978, 38), “sistema comunicativo” (1981, 123), “estrutura” ou “metatextos” ou ainda “textos encadeados” ou “entrecruzados” (1978, 40), “concepção de mundo” (1978, 85), “visão de mundo” (1978, 82), “modelo de realidade” (1978, 40). Ele define o sistema da cultura da Idade Média (antropocentrismo) como a “consciência medieval” (1981, 105) e a estrutura artística do romantismo como a “consciência romântica” (1978, 82). Cita o Iluminismo como exemplo de sistema da cultura (1978, 123). Assim, o sistema da cultura e/ou sistema modelizante pode ser uma linguagem como a arte e o mito, e pode ser também uma ideologia ou uma visão de mundo, quando estas constroem um conjunto de regras para determinar o significado das idéias expressas pelas palavras. Esse conjunto de regras é próprio do sistema modelizante (também chamado por Lotman de linguagens secundárias), que se diferencia língua natural, idioma ou sistema primário que tem suas próprias regras gramaticais (Lotman, 1978, 37), mas não exerce função modelizadora.

Os sistemas da cultura, que constituem uma visão de mundo como o Iluminismo e o romantismo, constroem um sistema de oposição binário, sendo estas oposições as regras básicas para a decifração da estrutura e do significado dos textos. No caso do messianismo americano, seus textos apresentam um sistema de oposição que poderia ser resumido nos seguintes termos: Novo Mundo/Velho Mundo, liberdade/controle, democracia/totalitarismo, riqueza/miséria, bem/mal. Que significa a idéia de “novo” expressa pelo signo *novo*? Nesse sistema, ela se relaciona com “liberdade”, “democracia”, “riqueza” e “bem”, e se opõe necessariamente a “velho”, “controle”, “totalitarismo”, “miséria” e “mal”. O “novo” é produto do Novo Mundo, enquanto que todo produto do Velho Mundo se relaciona com tudo aquilo significado pela idéia de “velho” expressa pelo signo *velho*. Todo totalitarismo, primeiro os europeus, depois os islâmicos, são o “velho” ao qual se opõe o Novo Mundo, nesse sistema modelizante.

O messianismo americano é um sistema da cultura, cujos textos (discursos, narrativas históricas, produções cinematográficas e narrativas jornalísticas, especialmente) projetam os Estados Unidos como nação eleita, possuidora de um “destino manifesto”, que recebeu a missão de transformar o mundo, do velho para o novo.

Feitas essas definições primárias, devemos indagar: Que textos da cultura estruturam esse sistema de oposição binária? Qual a origem das linguagens que modelizam esse sistema da cultura, que por sua vez modeliza inúmeros outros textos?

O messianismo americano

Os valores que impulsionam e alimentam o projeto de poder americano remontam à fundação da América, seu descobrimento e mesmo ao impulso messiânico e missionário que marcou a Europa nos séculos 15 e 16. Como um sistema da cultura, o messianismo foi construído ao longo dos séculos, pelo encadeamento de textos históricos, nos quais se reproduz o mito na nação eleita e da restauração do paraíso na Terra.

A partir desta seção, vou explorar no panorama histórico americano trechos, retalhos e recortes de falas, de discursos e da literatura que, ao longo dos séculos, foram se entrecruzando na sedimentação de uma memória para a América que lhe confere o status de uma nação eleita, o novo Israel.

Na exploração do fenômeno, vou dar atenção ao surgimento do conceito da América como “novo mundo”, no período do “descobrimento”. Em seguida, vou abordar em que consiste e de onde se tirou da idéia da América como “nação eleita”, ou novo Israel. Esses desenvolvimentos serão considerados em termos da constituição de um sistema da cultura dado sua função geradora ou modelizadora de textos.

O novo mundo

Buscando as primeiras manifestações do messianismo americano, encontramos a figura histórica de Cristóvão Colombo. O impulso messiânico contagiou originalmente o marinheiro, que baseado em mapas antigos atribuídos a Paolo del Pazzo Toscanelli e de confidências de antigos marinheiros, “acreditou na existência de um continente que ainda não conhecia a mensagem de Jesus Cristo” (MILÀ, 2004, 4).

Historiadores têm descrito Colombo como um híbrido de ingenuidade, credulidade e ousadia. Ambicioso, tinha também arroubos de um iluminado. Era um franciscano e fora influenciado pelas teorias milenaristas de Joaquim de Fiore, de quem se dizia discípulo, e cujas profecias ele confessou terem-no impulsionado em sua aventura pelo Atlântico. Para esses franciscanos milenaristas, o novo mundo “devia ser o paraíso perdido de que falam as escrituras”. Colombo escreveu que “ninguém poderia encontrar esse paraíso terrenal, a menos que guiado pela vontade divina”. Colombo e os milenaristas do século 15 acreditavam terem encontrado um “espaço novo”, um “novo mundo”, onde se daria a propagação do evangelho, que conduziria à conversão dos

pagãos e à derrota do anticristo, possibilitando “o início do Apocalipse e a renovação do mundo” (MILÀ, 2004, 4).

O uso do adjetivo “novo” para referir-se à América recém-descoberta liga as crenças milenaristas européias ao Apocalipse de João, em que o futuro reino de Deus é descrito como a realização de “novo céu” e “nova terra”, onde se ergueria a “nova Jerusalém” (Ap 21:1-2). Aqui o Apocalipse bíblico, como texto modelizante, não é um texto comum, mas na verdade um “código-texto”, fundador de um mito, o qual está na base do messianismo americano. Lotman diz que “um traço característico da cultura de orientação mitológica é o surgimento de um elo intermediário entre a linguagem e os textos: o código-texto”, e esse código-texto é “precisamente um texto”, do qual “cada signo” pode apresentar-se diante de nós “como um paradigma” (1996, I:95). O mito⁸ do paraíso perdido a ser restaurado num novo céu e numa nova terra onde se erguerá a nova Jerusalém, como diz o Apocalipse, assume nos textos do sistema cultural do messianismo o status de um paradigma.

Quando Colombo chegou às Antilhas, acreditou ter alcançado o Éden. Cria que a corrente do Golfo era formada pelos “quatro rios do paraíso”. Ele escreveu: “Deus me fez mensageiro de um novo céu e de uma nova terra, da qual havia falado o Apocalipse de São João; depois de me haver falado pela boca de Isaías, ele me indicou o lugar onde encontrar” (MILÀ, 2004, 4).

Se a descoberta do “novo mundo” por Colombo teve uma motivação mística e espiritual, sua não-exploração até o século 17 também se deveu a fatores místicos. Tal descoberta era possível desde os primórdios da navegação fenícia. No entanto, o Ocidente estava para além das colunas Hércules, onde o precipício se abria diante dos navegadores. Derivado de “occido” (morrer, sucumbir), “Ocidente” era a “terra da morte” para os antigos.

A despeito de toda a mística envolvendo a descoberta de Colombo, o “novo mundo” não foi colonizado até o início do século 17. Mas, com a intensificação do êxodo rural na Inglaterra no século 16, enchendo as cidades de gente sem recursos e sem instrução, essa colonização estava a caminho. “A idéia de uma terra fértil e abundante, um mundo imenso e a possibilidade de enriquecer a todos era um poderoso ímã sobre essas massas” (KARNAL, 2005, 35). Houve um grupo de colonos interessados em deixar a Europa em busca de uma terra de sonhos, os quais a memória histórica consagrou como

⁸ Utilizo aqui o termo “mito” com o sentido a ele sugerido por VATIMO (1992), ou seja como texto capaz de revelar saber, de outra ordem que não a científica.

“os peregrinos” (*pilgrims*). A perseguição religiosa era uma realidade constante na Inglaterra nos séculos 16 e 17, o que impulsionou muitas levas de religiosos protestantes para o novo mundo. Um desses grupos chegou a Massachusetts em 1620, liderados por John Robinson, William Brewster e William Bradford, religiosos de formação escolar desenvolvida. Em 21 de novembro desse mesmo ano, eles firmaram o chamado “Mayflower compact”, em homenagem ao navio que os trouxe do velho mundo, o *Mayflower*, comprometendo-se a seguir “leis justas e iguais”⁹.

Além do êxodo rural britânico, outro fator que impulsionou a colonização do novo mundo, no século 17, foi a publicação de uma pequena obra chamada “Nova Atlântida”, em 1626, do então falecido Francis BACON (1999), que dá eco aos valores e à visão de Colombo acerca do novo mundo. Trata-se de uma ficção, com diversas referências aos evangelhos e com forte linguagem escatológica. Bacon descreve uma sociedade secreta chamada “Casa de Salomão”, ideal e científica. Os personagens de sua história chegam à Atlântida e se dedicam a um rito iniciático de “purificação de três dias”, alusão à morte e ressurreição de Cristo. Em terra, os visitantes da Atlântida declaram: “Deus, seguramente, está presente nesta terra” (199, 227).

A crença de um novo mundo, abençoado por Deus, alimentou os sonhos e as fantasias messiânicas dos colonizadores da América e mesmo dos iluministas. Os primeiros colonizadores a chegarem a essa terra “se consideravam predestinados e tinham a Europa como excessivamente decadente para o triunfo da Reforma. Era preciso alcançar um novo mundo e fazer tabula rasa”. Esses “pais peregrinos” considerados os fundadores dos Estados Unidos levaram com eles a imprensa e o puritanismo (MILÀ, 2004, 8). O renomado historiador americano Robert R. Palmer afirma que, ao nascer, os Estados Unidos da América eram a grande esperança dos europeus iluministas, que haviam perdido a esperança no próprio continente e consideravam a América o único local “onde a razão e a humanidade poderiam desenvolver-se com mais rapidez do que em qualquer outro lugar” (PALMER, 1959, I:242).

Em 1630, chegaram à América o advogado britânico John Winthrop e mais 700 pessoas, todas adeptas do puritanismo. Julgavam estar se retirando de uma terra decadente dominada pelo vício, para possuir a “terra prometida”, um lugar predestinado

⁹ Ver a íntegra do pacto feito entre os pais fundadores, em 1620, disponível em <http://www.let.rug.nl/~usa/D/1601-1650/plymouth/compac.htm>

“a dar certo e a se tornar um exemplo de virtude para o resto do mundo” (FUSER E BIANCHI, 2006, 26).

Na fundação de Massachussetts (1628), eles criam que ali o “Senhor estava criando um novo céu e uma nova terra”, restaurando o paraíso do Gênesis, como acreditou Colombo. Também ecoando as crenças de Colombo, no século 18, George Washington assegurou: “Os Estados Unidos são a Nova Jerusalém destinados pela Providência a ser um lugar em que o homem alcance seu pleno desenvolvimento, onde a ciência, a liberdade, a felicidade e a glória devem propagar-se de forma pacífica”. O evangelista dos índios, John Eliot anunciava “a aurora e o surgir do Sol do evangelho na Nova Inglaterra” (MILÀ, 2004, 8).

Desta forma, um espírito de renovação e de restauração, um impulso messiânico, permeou a fundação dos Estados Unidos. O impulso do “novo”, textualmente derivado do Apocalipse, manifesta-se em diversos nomes, como Nova Inglaterra (1579), Nova Iorque (1625), Nova Hampshire (1638), Nova Escócia (1713), Nova Orleans (1718), Nova Jersey (1776); e depois “Nova Ordem Mundial”, inscrita no grande selo que ilustra as cédulas de 1 (um) dólar. Os mesmos ideais embasam o texto da Constituição Americana, redigido por Thomas Jefferson: “Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, entre estes a vida, a liberdade e a procura da felicidade”¹⁰.

Em 1776, os Estados Unidos se tornaram uma nação independente, com uma constituição moderna, mas eram um pequeno país verticalmente entre o Maine e a Flórida e horizontalmente entre o Atlântico e o Mississipi, cerca de um quarto do atual território. Nos 100 anos seguintes, esse território cresceu incorporando a Flórida, Louisiana, Texas, Oregon e territórios antes pertencentes ao México, alguns destes comprados outros tomados, tornado-se o quarto maior país do mundo.

A independência das colônias foi influenciada por autores iluministas, mas principalmente pelo inglês Jonh Locke, nascido numa família protestante. A noção de estado, desenvolvida por Locke, mantinha que o objetivo do contrato imaginário entre o Estado e a população era o de garantir os “direitos naturais do homem, a liberdade, a felicidade e a prosperidade” (KARNAL, 2005, 79).

Os conceitos de “novo” em contraste com o “velho”, de restauração pela América em contraste com a decadente Europa, lançaram as bases para o maniqueísmo americano e

¹⁰ “The Unanimous Declaration of the Thirteen United States of America”, de 4 de julho de 1776, disponível em <http://www.let.rug.nl/~usa/D/1776-1800/independence/doi.htm>.

ainda para o culto à juventude (MILÀ, 2004, 9), e se fortaleceram ainda mais pela associação com a crença da América como nação eleita, povo peculiar.

O novo Israel

Os puritanos que saíram da Inglaterra em direção ao novo mundo viam a si mesmos como o povo escolhido de Deus, e a Inglaterra como o antigo Egito, de onde Deus os livrara da perseguição, como o fizera aos israelitas. Tinham em altíssima conta que constituíam um “novo Israel” (KARNAL, 2005, 38), numa nova terra. Os ideais de renovação e o messianismo alimentavam o espírito de expansão, mas, sobretudo o chamado “destino manifesto”, a idéia de que Deus tinha dado aquela terra aos peregrinos, que deviam possuí-la como o povo de Israel possuiu pela força a antiga terra de Canaã.

A vocação messiânica desde os primórdios “marcou a formação e impregnou a cultura” americana. “O povo americano, do mesmo modo que os israelitas, passou a considerar-se o mediador, o vínculo entre Deus e os homens”. Crentes de que eram fiéis a Deus, em contraste com os europeus, entregues ao vício e à decadência, os puritanos se sentiam comissionados a exercer um papel restaurador frente aos outros povos. “O sentimento de grandeza e superioridade conformou desde os primórdios parte da identidade dos Estados Unidos” (BANDEIRA, 2006, 27-28).

Essa leitura do Êxodo por parte dos fundadores puritanos lançou raízes profundas na memória americana. As mesmas crenças ecoaram mais de cem anos depois em discursos oficiais, nos séculos 18 e 19. Presidentes americanos como George Washington e Thomas Jefferson acreditavam que os Estados Unidos tinham um papel mundial, como os “antigos israelitas, uma ‘raça escolhida’, representando uma ordem social mais elevada, levando o progresso aonde quer que fossem” (LENS, 2006, 23). A crença de uma eleição divina esteve na base das guerras americanas ao longo dos séculos, como a guerra contra a França em 1790 para obter territórios espanhóis, em 1812 pelo Canadá e pela Flórida, em 1846-47, contra o México. O escritor americano Herman MELVILLE, autor do clássico *Moby Dick*, em 1850, escreveu: “Nós, americanos, somos o povo peculiar e escolhido – o Israel dos novos tempos; nós carregamos a arca das liberdades do mundo” (1950, 114).

A noção do pacto, que estabelece uma nação eleita, na mentalidade judaica bíblica, implica (1) que o povo eleito é superior espiritual e moralmente em relação ao mundo, (2) que todas as nações tem sua chance de bênçãos só através da nação eleita, (3) que todos os que estiverem contra os eleitos estão contra Deus e são amaldiçoados, e (4) que

a nação eleita tem a posse da terra prometida e a missão/direito de trabalhar pela transformação das outras nações (Cf. Gênesis 12 e Deuteronômio 11). Ao se considerar o novo Israel, o povo americano arroga todas estas prerrogativas.

Considerações finais

O levantamento da memória americana confirma que o impulso e a ideologia do messianismo remonta à fundação dos Estados Unidos. Essa memória preservou textos e articulou a geração de novos textos, encadeados e entrecruzados de forma a construir um sistema da cultura, que se reproduz ou modeliza inúmeros outros textos, como produções do cinema, narrativas jornalísticas e literatura, entre outros. Sugere também que o pendor da América para uma supremacia sobre as demais nações não é resultado de uma convicção momentânea, mas uma vocação presente no DNA americano.

A memória histórica americana foi modelada, ao longo dos séculos, de forma a tornar o messianismo uma vocação atrativa e convincente, plantando a idéia de uma nação eleita com uma missão divina. É um enredo simples, mas grandioso: os pais fundadores da América eram homens honestos e religiosos, que escaparam da perseguição na Europa. Chamados por Deus para uma terra longínqua e fértil, eles fundaram uma nação livre e assumiram a missão de levar ao mundo os valores divinos de liberdade e felicidade. Essa narrativa decantada sedimentou uma memória sólida (RAPHAEL, 2006, 16). Chega a assumir o status de uma metanarrativa, com pretensões a verdades absolutas. Cristalizou-se como uma ideologia. Sintetizados a partir de importantes textos da cultura judaica e cristã, os valores e mitos se reproduzem indefinidamente, constituindo-se num sistema da cultura.

Esses valores e mitos messiânicos transformaram-se ao longo das décadas em forças históricas, que determinam e legitimam as ações imperialistas. A força desses mitos sobre a cultura americana é objeto da reflexão do escritor Philip Roth, em sua trilogia composta por *A marca humana*, *Pastoral americana* e *Casei com um comunista*. Roth compõe um quadro da vida americana em que pessoas de “grande vigor moral e intelectual são assoladas por forças históricas fora de controle” (ROTH, 2002, 12), independentes da razão.

O mito do paraíso perdido está na base do messianismo americano, e funciona como um paradigma, derivado de um “código-texto”, como chamou Lotman. A densidade religiosa desse mito aprofunda ainda mais o denodo dos que se consideram “eleitos” no cumprimento de seu papel histórico.



Refletindo sobre os campos de concentração do nazismo, a filósofa judia Hannah ARENDT declara que as massas modernas se caracterizam pela perda da fé no juízo final, do que decorre a perda do temor dos maus, e da esperança dos bons. Para ela, “incapazes de viver sem temor e sem esperança, os homens são atraídos por qualquer esforço que pareça prometer uma imitação humana do paraíso que desejaram ou do inferno que temeram” (1998, 497).

A utopia americana de uma nova ordem mundial, construída por uma “nação eleita”, pode se tornar numa repetição da tentativa perigosa de se reconstruir o “paraíso perdido”. Será um novo holocausto, dissimulado?

Referências bibliográficas

- ARENDR, Hannah. **Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- BACON, Francis. **Nova Atlântida**. Os pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- BANDEIRA, Luiz Antonio Moniz. **Formação do Império Americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- FUSER, I. e BIANCHI, D. “O grande império americano”. **Aventuras na História**. São Paulo: Abril, janeiro de 2006.
- GRAIEB, Carlos. “O país da guerra”. Entrevista com Robert Kagan. **Veja**, 6 de dezembro de 2006.
- KAGAN, Robert. **Do Paraíso e do Poder: os Estados Unidos e a Europa na nova ordem mundial**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.
- KARNAL, Leandro. **Estados Unidos: a formação da nação**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KELLNER, Douglas. **A Cultura da Mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.
- LENS, Sidney. **A Fabricação do Império Americano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOTMAN, Iuri M. **La Semiosfera: semiótica de la cultura e del texto**. Frónesis Cátedra: Universitat de Valencia, 1996.
- LOTMAN, Iúri M. e outros. **Ensaio de semiótica soviética**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.
- MACHADO, Irene. **Escola de Semiótica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- MELVILLE, Herman. **White-Jacket, or the World in a Man-of-War**. Boston: L.C. Page & Company, 1950.



MILÀ, Ernesto. **Lo que está detrás de Bush: corrientes ocultas de la política de EEUU.** Colección Geopolítica. n. 6. Barcelona, Espanha: SL, 2004.

PALMER, Robert R. **The Age of the Democratic Revolution: A Political History of Europe and American, 1760-1800.** Princeton: Princeton University Press, 1959.